

DN

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Quarta-feira, 31 de Março de 2021 - Edição nº4299

De Segunda à Sexta - Editor interino: Laurindos Macuácuca - cell:820720400
Propriedade: Média - Jornalistas Associados Limitada - GABINFO-Dispensa de Registo - DE-2003
Redacção e Administração: Rua da Resistência, Nº1642, Prédio Cil/3M - Maputo - Moçambique
Telefone: 21418823 ou 824915440/844719596
E-mail: diariodenoticias@tv cabo.co.mz

Assinaturas mensais: 700,00 MT (ordinária),
1.300,00 MT (institucional) e 1.750,00 MT (embaixadas e ONGs estrangeiras)



APÓS ATAQUE "JIHADISTA" EM PALMA

Dívida de Moçambique torna-se a mais arriscada em África

(Maputo) Moçambique tornou-se o país mais arriscado para os investidores na dívida soberana africana, depois de o ataque na semana passada à zona onde decorrem os trabalhos da petrolífera Total ter feito disparar os juros.

De acordo com a contabilização feita pela agência de informação financeira Bloomberg, a diferença para os custos de transaccionar os títulos do Tesouro norte-americano é a mais elevada de todos os países africanos, com excepção da

Zâmbia, que está em Incumprimento Financeiro.

Os juros exigidos pelos investidores para transaccionarem os títulos da dívida soberana de 900 milhões de dólares ultrapassaram a barreira dos 10% na segunda-feira, tornando-se os mais arriscados numa lista de 15 títulos africanos, entre os quais estão também os títulos da Etiópia e de Angola.

Na segunda-feira, o economista chefe da consultora Eaglestone salientou que o atraso no desenvolvimento dos projectos de extracção e exportação de gás natural liquefeito "é preocupante porque o país precisa das receitas do

gás" para poder suportar o aumento dos custos com as prestações da dívida soberana, que vão subir para 9% ao ano a partir de 2024.

"A partir de 2024 as taxas de juro sobre as Eurobond [emissão de dívida soberana] aumentam para 9% e isto poderá colocar algum risco sobre a capacidade de o país vir a pagar os seus compromissos", afirmou o analista, referindo o aumento dos juros exigidos pelos investidores para transaccionarem a dívida do país.

"O aumento das taxas reflecte alguma apreensão pelos investidores



COMBATE AO TERRORISMO EM CABO DELGADO

Sociedade civil "exige" que Nyusi accione pedido de apoio internacional

(Maputo) Dezoito organizações da sociedade civil moçambicana exigiram

ontem ao Presidente da República, Filipe Nyusi, que "accione" pedidos de apoio internacional para combater

os grupos armados no norte do país, considerando que a situação atingiu



Publicidade

45G

Liga-te a 1 milhão de pessoas que já curtem o 4.5G

Promoção Alcatel 1
Smartphone com tecnologia 4.5G

Alcatel 1 2,499,00 MT

Grátis 1GB

O futuro é tudobom. Vamos?

Compra já o teu

vodacom

Termos e condições aplicáveis.

sobre a capacidade das autoridades moçambicanas conseguirem conter esta escalada de insegurança na região”, explicou.

O projecto da Total “deverá gerar receitas em torno dos 96 mil milhões de dólares nos próximos 25 anos, segundo as estimativas do Governo, e isto é muito significativo tendo em conta que o Produto Interno Bruto do país

ronda os 15 mil milhões de dólares”, concluiu Tiago Dionísio.

O projecto Mozambique LNG consiste na exploração de gás ao largo da costa no campo Golfinho-Atum, na Área 1 da bacia do Rovuma, bem como a construção de uma central em terra.

A petrolífera francesa Total é a maior detentora do projecto, com 26,5%, seguida da Empresa Nacional

de Hidrocarbonetos, com 16,5%, e mais cinco entidades multinacionais, com participações menores.

O projecto deverá começar a exportar gás em 2024, ano em que é previsível que as receitas do país subam exponencialmente, financiando os investimentos para o desenvolvimento económico de Moçambique.

(Redacção)

Sociedade civil “exige” que Nyusi accione pedido de apoio internacional

“proporções inaceitáveis”.

A posição das organizações da sociedade civil (OSC) surge numa carta aberta dirigida a Filipe Nyusi e que os subscritores encaminharam ontem à Presidência da República.

Na carta, as referidas entidades querem que o chefe de Estado “accione apoio da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral [SADC], União Africana (UA) e outros parceiros internacionais” para o combate aos grupos armados que protagonizam ataques na província de Cabo Delgado.

Face ao ataque de grupos armados à vila de Palma, que se iniciou na quarta-feira, aquelas organizações defendem o resgate de crianças, raparigas e mulheres que se encontram

nas mãos de insurgentes.

Por outro lado, que sejam empreendidos esforços para a retirada de crianças, raparigas e mulheres de locais inseguros para lugares onde possa ser assegurada protecção contra a acção de grupos armados.

“Exigimos informação regular e atempada pelo chefe de Estado sobre a situação de Cabo Delgado, informação exacta e desagregada por género e faixa etária das populações afectadas, entre deslocadas, assassinadas e raptadas”, lê-se no documento.

A sociedade civil moçambicana quer também informação regular do Governo sobre as condições nos locais de acolhimento das populações vítimas de violência armada.

Deve ainda ser criado um espaço de diálogo com a sociedade civil visando a coordenação de acções de resposta à crise humanitária provocada pelos grupos armados.


Aquelas organizações advogam igualmente a valorização e reconhecimentos dos jovens militares que tentam a todo o custo travar acção dos grupos armados.

Entre as organizações que subscrevem a carta inclui-se a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), que tem como presidente Graça Machel, uma das vozes mais influentes da sociedade moçambicana e membro activo da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), partido no poder.

(Redacção)

Publicidade



22 Rapid Street, Nelspruit (Entrada pela BP Riverside)
Coordenadas GPS: 845767485; 822999735 / Email info@galeria.co.za
Celular: +27 79 981 9637 +27 82 966 1652
www.galeria.co.za  Galeria Furniture Store Nelspruit

galeria antarte

LUXURY DESIGNER FURNITURE FROM PORTUGAL

Situação em Palma é “extremamente preocupante”

(Maputo) A situação humanitária no distrito de Palma, província de Cabo Delgado, é “extremamente preocupante”, considera o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA), num relatório de actualização divulgado ontem.

“Dezenas de civis terão sido mortos e os confrontos entre grupos armados não-estatais e forças de segurança estão alegadamente em curso, pelo sexto dia consecutivo, de acordo com relatórios de várias fontes”, na sequência do recente ataque de grupos armados a Palma no passado dia 24, avança a organização da ONU.

A informação sobre a situação é, no entanto, “extremamente difícil de verificar, devido a interrupções nas comunicações na cidade de Palma”, explica-se no relatório.

Milhares de pessoas terão fugido para o mato em torno da cidade de Palma, enquanto vários milhares procuraram refúgio junto às estruturas de prospecção de gás natural em Afungi.

“Há também relatos de pessoas

em fuga noutras direcções, para a Tanzânia, para sul, em direcção a Pemba, via barco, e para oeste pelo mato, em direcção aos distritos de Mueda e Montepuez”, relata o OCHA.

As equipas de acompanhamento de deslocados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) já receberam relatos da existência de mais de 3.100 pessoas deslocadas de Palma a chegar aos distritos de Nangade, Mueda, Montepuez e Pemba.

Viviam no distrito de Palma mais de 110.000 pessoas, antes dos combates, entre os mais de 67.000 residentes e mais de 43.600 pessoas que tinham procurado refúgio na vila, provenientes de outras partes da província de Cabo Delgado desde que o conflito começou, em Outubro de 2017.

Antes dos acontecimentos iniciados em 24 de Março, as pessoas em Palma enfrentavam já uma situação precária, em que a insegurança agravava um período de escassez, deixando “milhares de pessoas com necessidades urgentes de assistência adicional”, segundo a OCHA.

“Em Janeiro de 2021, depois de ataques e a insegurança terem cortado todas as principais vias rodoviárias de acesso a Palma, foram relatadas faltas de mercadorias básicas nos mercados”, aponta-se no relatório.

Por outro lado, a escalada da violência em Palma ocorre num momento em que mais de 1,3 milhões de pessoas - incluindo quase 670.000 pessoas deslocadas internamente - já necessitavam de assistência humanitária e de protecção urgentes em Cabo Delgado e nas províncias vizinhas de Niassa e Nampula, segundo a agência da ONU.

“Quase 580.000 pessoas foram retiradas das suas casas só em 2020, período em que o número de ataques por grupos armados não estatais - incluindo assassinatos, decapitações e raptos - se expandiu geograficamente e aumentou de intensidade”, sublinha-se no relatório.

No ataque do passado dia 24, em Palma, dezenas de civis foram mortos, segundo o Ministério da Defesa.

(Redacção) Publicidade



Agências humanitárias sem dinheiro nem 'stocks'

(Maputo) As agências humanitárias das Nações Unidas enfrentam falta de dinheiro para socorrer Cabo Delgado e faltam 'stocks' de itens essenciais, como comida e medicamentos, disseram duas fontes da organização.

Os doadores ainda só cobriram 10% do apelo de 254,4 milhões de dólares feito em Dezembro para apoiar Cabo Delgado, numa altura em que ainda não se contava com o agravamento decorrente do ataque a Palma, referiu fonte oficial.

O ataque de dia 24 aconteceu ao lado do maior investimento privado em África da ordem dos mais de 20 mil milhões de dólares, liderado pela petrolífera Total, para exploração de gás, uma das principais riquezas naturais da região norte de Moçambique.

A situação é crítica, acrescentou outra fonte humanitária no terreno: nalguns casos, os itens à disposição da assistência humanitária satisfazem 30% das necessidades identificadas.

Algumas comunidades deslocadas já nem aceitam receber equipas

técnicas para realização de levantamentos caso não levem comida, disse uma pessoa envolvida nas operações.

“Se não tem comida, não vale a pena”, disse.

A fome grassa junto dos 700 mil deslocados do norte de Moçambique, cerca de metade crianças (sem contar com o impacto do ataque a Palma), que chegam a ficar vários dias sem comer ou recorrem a plantas silvestres - esta é também a época baixa da produção agrícola, que só deverá ter novas colheitas a partir de Abril e Maio.

No terreno, quem presta ajuda humanitária pede um reforço de 'stocks' que, para já, não se sabe de onde virá, alertando em especial para o impacto da desnutrição infantil, que terá reflexos por muitos anos.

Além de comida (o kit habitual inclui arroz, milho ou feijão e óleo), faltam os itens não alimentares (roupa, abrigo e utensílios básicos para cozinhar) e medicamentos.

Antibióticos fazem parte de qualquer lista de necessidades, além de

anti-diarreicos (baseados em zinco) e anti-maláricos, específicos para Cabo Delgado onde a cólera está sempre à espreita e a malária está entre as principais causas de morte.

“O que está em armazém não chega”, disse a fonte ligada à ONU, temendo o impacto acrescido dos deslocados pelo ataque a Palma.

Antes do ataque a Palma, a coordenadora residente das Nações Unidas em Moçambique, Myrta Kaulard, classificou como “muito grave” a falta de recursos financeiros para acudir à crise humanitária, reflexo do impacto da Covid-19 nos principais países doadores.

“O problema dos recursos financeiros é muito grave”, referiu.

Aquela responsável chegou ontem a Pemba para acompanhar a situação juntamente com as autoridades moçambicanas.

Dezenas de civis foram mortos pelo grupo armado que atacou a vila na quarta-feira, segundo o Ministério da Defesa. (Redacção)

RECUPERAÇÃO DE PALMA DO CONTROLO DOS “JIHADISTAS”

Intervenção internacional é inevitável

(Maputo) A consultora NKC African Economics considera que uma intervenção internacional é inevitável em Cabo Delgado e salientou que o ataque da semana passada “foi estratégico” porque impede os trabalhos no mega-projecto de gás.

“O ataque a Palma foi um ataque estratégico, tendo em conta a proximidade com as operações da

Total, e o ‘timing’ pode ter tido a ver com a decisão de recomeçar os trabalhos”, escreveu o analista Zaynab Mohamed numa nota enviada aos clientes.

No comentário à violência que se vive na região, Zaynab Mohamed acrescentou que “vai ser necessária uma intervenção internacional para recuperar o controlo e atingir a es-

tabilidade na região”, já que a única estrada que pode levar mantimentos até à zona do mega-projecto de transformação do gás é controlada pelos terroristas.

“Devido à falta de desenvolvimento na área, só há uma estrada pavimentada para Palma, que alegramente está sob o controlo dos

⇒

AVISO

Renovação de assinaturas para 2021

A direção comercial da Media Jornalistas Associados, empresa proprietária do jornal *DIÁRIO DE NOTÍCIAS (DN)*, informa que está aberta para novas subscrições e renovação de assinaturas para o ano 2021. Por favor contactar através do e-mail diariodenoticias@tv cabo.co.mz ou pelos telefones celulares 84 4719596 / 820720400.

Atenciosamente
Sector Comercial

CARO EMPRESARIO E LEITOR
ANUNCIE SEUS SERVIÇOS E ASSINE O
DIÁRIO DE NOTÍCIAS

insurgentes há várias semanas; se os militantes conseguirem manter o controlo de Palma também, isso tornará praticamente impossível que os trabalhadores do projecto tenham acesso a mantimentos via terra”, escreveu o analista.

Para Zaynab Mohamed, “a crise de segurança em Cabo Delgado está a tornar-se mais séria, porque os grupos armados presentes na região, apesar de estarem visíveis desde 2017, estão agora claramente mais preparados e mais coordenados, o que sugere que estão a receber apoio externo”.

Os equipamentos militares comprados pelo Governo moçambicano, considerou, não vão conseguir resolver o problema e por isso é preciso uma intervenção internacional.

“Quanto mais tempo demorar para ganhar terreno aos insurgentes, mais difícil será recuperar o controlo

da área e recomeçar o trabalho no projecto de gás”, concluiu o analista.

O projecto Mozambique LNG consiste na exploração de gás ao largo da costa no campo Golfinho-Atum, na Área 1 da bacia do Rovuma, bem como a construção de uma central em terra.

A petrolífera francesa Total é a maior detentora do projecto, com 26,5%, seguida da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, com 16,5%, e mais cinco entidades multinacionais, com participações menores.

O projecto deverá começar a exportar gás em 2024, ano em que é previsível que as receitas do país subam exponencialmente, financiando os investimentos para o desenvolvimento económico de Moçambique.

A província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, é desde há cerca de três anos alvo de ataques

terroristas e o último aconteceu no passado dia 24, em Palma, em que dezenas de civis foram mortos, segundo o Ministério da Defesa.

A violência está a provocar uma crise humanitária com quase 700 mil deslocados e mais de duas mil mortes.

O movimento terrorista Estado Islâmico reivindicou na segunda-feira o controlo da vila de Palma, junto à fronteira com a Tanzânia.

Vários países têm oferecido apoio militar no terreno a Maputo para combater estes insurgentes, cujas acções já foram reivindicadas pelo auto-proclamado Estado Islâmico, mas, até ao momento, ainda não existiu abertura para isso, embora haja relatos e testemunhos que apontam para a existência de empresas de segurança e de mercenários na zona. **(Redacção)**

PARA AJUDAR NA FORMAÇÃO DAS FORÇAS MILITARES MOÇAMBICANAS

Primeiros militares do contingente português chegam na primeira quinzena de Abril

(Maputo) Os primeiros elementos do contingente português que vai ajudar na formação das forças militares moçambicanas partirão na primeira quinzena de Abril, confirmou o Ministério da Defesa de Portugal.

O envio deste contingente de 60 militares portugueses, das forças especiais, é enquadrado pelo novo acordo-quadro de cooperação bilateral que está a ser ultimado pelos ministérios português e moçambicano, disse fonte da tutela.

Em entrevista à Lusa divulgada no passado dia 17 de Fevereiro, o ministro português, João Gomes Cravinho, estimou em cerca de 60 militares o contingente de “forças especiais” que será destacado para

Moçambique, auxiliando pela via da formação e preparação no combate ao terrorismo.

“O que vamos destacar são formadores para formar fuzileiros e comandos. São militares que têm essas valências, forças especiais”, disse na altura Gomes Cravinho, frisando que decorre o planeamento com as autoridades moçambicanas.

O ministro da Defesa de Moçambique já havia sinalizado ao Governo português a intenção de visitar Portugal, mas ainda não há datas previstas, de acordo com a mesma fonte.

Sobre o novo acordo-quadro para a cooperação técnico-militar entre Portugal e Moçambique, para vigorar nos próximos três anos, Gomes Cravinho precisou que não contempla

grandes alterações de conteúdo, mas representa uma “intensificação” da cooperação com o país, na sequência do actual contexto de ameaças.

A cooperação técnico-militar entre Portugal e Moçambique existe desde 1988.

Quanto aos locais de trabalho, está previsto que os militares portugueses estarão no sul do país, perto de Maputo, e no centro, disse então o ministro da Defesa português.

A província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, é desde há cerca de três anos alvo de ataques terroristas e o último aconteceu no passado dia 24, em Palma, em que dezenas de civis foram mortos, segundo o Ministério da Defesa moçambicano. **(Redacção)**